

TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A SUA CIDADE

R\$ 5,00

Tribuna Liberal

01 de Março de 2026
Nº 9.689

34 anos

◆ SUMARÉ [CENTRO | NOVA VENEZA | PICERNO | MARIA ANTONIA | ÁREA CURA | MATÃO] ◆ HORTOLÂNDIA ◆ NOVA ODESSA ◆ MONTE MOR ◆ ELIAS FAUSTO ◆ PAULÍNIA ◆ CAMPINAS ◆ AMERICANA



Jéssica Mayara Moraes diz que perdeu 'bem mais precioso'

Luto vira protesto por vítimas mortas após colisão em Americana

Mãe de adolescente que morreu transforma dor em mobilização pública e já produz cartazes, faixas e camisetas para manifestação que clamará por justiça após acidente fatal envolvendo motorista alcoolizado no Carnaval; famílias organizam caminhada marcada para domingo, dia 29 de março

A dor da perda levou familiares a transformarem o luto em mobilização por justiça em Americana. Jéssica Mayara Moraes passou a produzir

camisetas, faixas e cartazes após a morte da filha Lídia, de 15 anos, vítima do acidente causado por um motorista alcoolizado no Jardim Ipiranga.

Outra adolescente também morreu na colisão. As famílias organizam uma caminhada no dia 29 de março para cobrar responsabilização. A de-

fesa busca a reclassificação do caso para homicídio doloso. A Polícia Civil avalia a hipótese de dolo eventual diante de novos elementos.

PÁGINA 04

Júri fixa 37 anos por ataque surpresa que matou casal em posto de Sumaré

Tribunal reconheceu autoria de crime realizado em 2019, no bairro Bom Retiro; vítimas foram mortas a tiros dentro de veículo em posto de combustíveis; juiz classificou consequências como ‘desastrosas e gravíssimas’

PÁG. 03

MINISTÉRIO PÚBLICO

Relatório expõe falhas em jogos online e vira alerta infantil

PÁGINA 05

LICITAÇÃO DA EDUCAÇÃO

CEI da Operação Coffee Break estuda oitivas em Hortolândia

PÁGINA 06

FISCALIZAÇÃO DE IMÓVEIS

Leitinho atende Gaema e quer coibir ligações irregulares de esgoto

PÁGINA 07

BOLSO DO CONSUMIDOR

Monte Mor libera bloqueador de ar para diminuir contas de água

PÁGINA 08

APOIO NOS BAIRROS



Famílias atingidas pela chuva são socorridas em Hortolândia

Além do mutirão de lavagem de vias enlameadas e dos serviços de recuperação do asfalto e dos sistemas subterrâneos da drenagem urbana, bem como da sinalização e a orientação do tráfego nos pontos mais críticos, a Prefeitura de Hortolândia também cuidou das pessoas diretamente atingidas pela forte chuva na madrugada de quinta-feira (26). Todas as ocorrências informadas à Administração Municipal foram acolhidas pelo Sistema de Defesa Civil.

PÁGINA 09

CHARGE



INFECTOLOGIA

Boletim de HIV em Nova Odessa aponta 97% de supressão viral

PÁGINA 07



TEMOS VAGAS! DE EMPREGO

Buscando novas oportunidades? Confira na **página 04** mais de **vinte vagas** em aberto!



GRUPO A EXECUTIVA
DESDE 1974



A AEAS trabalhando com os pilares da

 **EDUCAÇÃO**

 **TECNOLOGIA**

 **E INOVAÇÃO**

PARA TRANSFORMAR NOSSA CIDADE E CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR





ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE SUMARÉ
desde 1982



Júri condena réu por dupla execução surpresa e fixa 37 anos de prisão em Sumaré

Tribunal de Sumaré condenou homem por dois homicídios qualificados; sentença destaca ‘consequências desastrosas’ e ‘dor irreparável’ às famílias de Gilson Alves Mirabeis e Ana Helena Nascimento, que mantinham relação

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O Tribunal do Júri de Sumaré selou, em sentença, o desfecho de um caso marcado pelo terror do ataque inesperado e pela comoção gerada entre familiares. Após julgamento popular, a 1ª Vara Criminal condenou um homem por dois homicídios qualificados, cometidos contra Gilson Alves Mirabeis e Ana Helena Nascimento, em março de 2019, no bairro Bom Retiro.

Conforme a sentença, os jurados, em votação sigilosa, reconheceram a materialidade e a autoria delitiva em relação às duas vítimas, rejeitaram as teses absolutórias e ainda acolheram a qualificadora do recurso que dificultou a defesa, descrita como ataque de inopino (surpresa) — elemento que, na avaliação do Judiciário, aponta a gravidade do crime por retirar das vítimas qualquer chance real de reação.

Gilson Alves Mirabeis, de 35 anos, e Ana Helena



Cada homicídio resultou em 18 anos e 8 meses de reclusão; Justiça manteve prisão preventiva

Nascimento, de 36, foram assassinados em Sumaré em um crime que chocou a cidade. O casal estava dentro do carro em um posto de combustíveis localiza-

do na Avenida Engenheiro Jaime Pinheiro Ulhôa Cintra, uma das principais vias do bairro Bom Retiro, quando foi surpreendido pelos criminosos.

Gilson dirigia o veículo e foi atingido por três disparos no rosto a poucos metros do posto. Mesmo gravemente ferido, ele ainda tentou fugir, mas perdeu

o controle da direção. O carro atravessou o canteiro central da avenida e só parou próximo às bombas de abastecimento.

Em uma tentativa desesperada de salvar o companheiro, Ana Helena pulou para o banco do motorista e tentou impedir novos disparos, entrando em luta corporal com o atirador e tentando tomar a arma de suas mãos. Durante a ação, ela foi violentamente agredida com coronhadas, e o criminoso conseguiu efetuar mais tiros.

Gilson dirigia veículo e foi surpreendido por três disparos no rosto

Durante a investigação, a Polícia Civil chegou a apontar que o réu dirigia o carro em que estava o atirador na hora do crime, e foi preso em flagrante, acusado de ser coautor nos assassinatos.

DOSIMETRIA

Na dosimetria, o juiz Marcelo Forli Fortuna apontou que o réu possuía maus antecedentes, com quatro condenações definitivas e uma quinta utilizada para agravar a pena como reincidência.

A sentença também enfatiza o impacto humano do caso: as consequências foram classificadas como “desastrosas e gravíssimas”, com dor irreparável e perda definitiva do convívio familiar.

Para cada um dos homicídios, o juiz fixou a pena-base em 16 anos de reclusão, elevando-a acima do mínimo legal em razão dos antecedentes. Na segunda fase, aplicou o aumento por reincidência, chegando à pena intermediária de 18 anos e 8 meses para cada crime.

Como se tratam de dois crimes bárbaros, a pena ficou em 37 anos e 4 meses de reclusão. Por se tratar de homicídio qualificado, com pena elevada e reincidência, o juiz determinou ao réu que cumpra regime inicial fechado.

A decisão também registrou que o tempo de prisão cautelar não autoriza mudança imediata para regime mais brando, deixando eventual progressão para análise do Juízo das Execuções Criminais. Além disso, o magistrado considerou “incabíveis” a substituição por penas alternativas e a suspensão condicional, tanto pela violência do crime quanto pelo montante final da pena.

RÉU SEGUE PRESO

No capítulo sobre a prisão, a Justiça foi direta: o réu não poderá recorrer em liberdade. A sentença afirma que a manutenção da custódia é necessária para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, destacando que a condenação pelo Júri e a pena elevada reforçam a necessidade de segregação, “confirmada pela soberania dos veredictos”.

Reduzindo custos das pequenas e médias empresas

Email: drzerocost@gmail.com
Blog: www.drzerocost.com.br

Da porteira para fora (458) *Salário, produtividade e a indústria que ficou para trás!*

Grupo 1. Há países que o salário cresce porque a produtividade cresce.

Grupo 2. Há países que o salário cresce apesar da produtividade.

A China pertence ao Grupo 1. O Brasil, ao Grupo 2.

Nas últimas décadas, o trabalhador chinês tornou-se progressivamente mais produtivo. Seus salários reais cresceram acima da inflação — **mas muito aquém do salto de produtividade alcançado**. O excedente gerado não foi integralmente apropriado pela renda do trabalho: converteu-se em investimento, escala industrial, domínio tecnológico e capacidade exportadora.

No Brasil, o movimento foi distinto. O salário-mínimo real avançou de forma relevante, especialmente a partir dos anos 2000, sem que houvesse um ganho estrutural de produtividade. O resultado não foi modernização do parque industrial, mas compressão de margens, desestímulo ao investimento produtivo e perda de complexidade econômica.

Essa diferença — frequentemente ignorada no debate público e dissimulada em tempos de eleições — ajuda a explicar por que o Brasil perdeu o passo da história industrial. Para compreender esse processo, é útil dividir o complexo industrial brasileiro em sete grandes blocos e observar o que ocorreu com cada um deles a partir dos anos 1980.

1. BENS DE CAPITAL

Máquinas e equipamentos são o coração da produtividade. Quando um país deixa de produzir seus próprios bens de capital, passa a importar produtividade pronta, pagando por ela em moeda forte, juros, royalties e dependência tecnológica. Foi exatamente esse o caminho seguido pelo Brasil, com efeitos duradouros sobre toda a cadeia industrial.

2. INDÚSTRIA QUÍMICA

A química pesada e de especialidades sofreu com a perda de escala, a fragmentação produtiva e a ausência de uma estratégia de longo prazo. O setor sobrevi-

veu, mas perdeu densidade tecnológica, tornando-se mais vulnerável a choques externos e à concorrência internacional.

3. ELETRÔNICA E SEMICONDUTORES

A reserva de mercado, sem contrapartida consistente em inovação e aprendizado tecnológico, produziu acomodação. Sem competir globalmente, o setor não acumulou conhecimento crítico. Quando a abertura ocorreu, o país já estava atrasado — e permanece até hoje à margem das cadeias globais de maior valor agregado.

4. NAVAL E OFFSHORE

A indústria naval é um exemplo clássico de como competências industriais se perdem rapidamente e custam décadas para serem reconstruídas. A descontinuidade de políticas e encomendas dissolveu conhecimento acumulado, gerando dependência externa em um setor estratégico.

5. FERROVIÁRIO E EQUIPAMENTOS PESADOS

O sucateamento da indústria ferroviária teve efeitos que extrapolam a fábrica: logística ineficiente, custo Brasil elevado e mobilidade urbana precária. A conta aparece no frete, no preço final e na competitividade do país.

6. AUTOMOTIVO

O setor resistiu, mas à custa de um modelo baseado em montagem, incentivos fiscais recorrentes e baixo conteúdo tecnológico local. Tornou-se menos um polo de inovação e mais um elo periférico de cadeias globais.

7. BENS DE CONSUMO DURÁVEIS

A competição externa encontrou um parque industrial envelhecido, pouco automatizado e com baixa capacidade de diferenciação. O resultado foi previsível: perda de mercado e desindustrialização silenciosa.

O diagnóstico estrutural é claro. A partir dos anos 1980, o Brasil perdeu sua ca-

pacidade de financiar investimento produtivo, desorganizou seu sistema de planejamento e abriu mão de uma política industrial coerente. Defendeu o curto prazo e entregou o longo prazo.

Enquanto isso, países hoje ricos (e que não eram nos anos 80) — ou em rápido processo de enriquecimento — jamais abandonaram seu núcleo industrial. Podem terceirizar etapas, deslocar fábricas ou importar componentes, mas preservam o controle tecnológico, a engenharia e a capacidade de aprendizado.

O debate brasileiro, porém, insiste em temas periféricos. Discute-se consumo, distribuição imediata e slogans fáceis, enquanto se ignora a variável central do desenvolvimento: produtividade sustentada por indústria, tecnologia e investimento.

O erro não foi elevar salários acima da inflação.

O erro foi fazê-lo sem elevar a capacidade produtiva do país.

O erro não é reduzir jornadas de trabalho.

O erro é fazê-lo sem ampliar o valor gerado por hora trabalhada.

A experiência recente da Argentina é ilustrativa. Após décadas de um regime trabalhista fortemente protetivo, inspirado na tradição peronista, o país enfrenta agora a necessidade de reformas estruturais para recuperar competitividade e investimento. A proteção isolada do trabalhador sem agregar-lhe a variável produtividade não produziu prosperidade sustentada — produziu estagnação, inflação crônica e perda de capacidade industrial. Direitos e desenvolvimento não são opostos. Mas direitos desconectados de produtividade tornam-se insustentáveis.

Sem uma política explícita de produtividade — baseada em bens de capital, engenharia, P&D e compras públicas inteligentes — o Brasil continuará exportando produtos primários e importando futuro.

TRÁGICO ACIDENTE

Mãe confecciona camisetas e cartazes para solicitar ‘justiça’ em Americana

Famílias transformam luto em mobilização por responsabilização de motorista alcoolizado que causou acidente fatal durante feriado de Carnaval em via do Jardim Ipiranga; Jéssica Mayara Moraes perdeu a filha única, Lídia, de 15 anos



Jéssica Mayara Moraes, de 37 anos, mãe de Lídia Moraes Aguiar, 15, organiza manifestação

Paulo Medina • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A dor da perda virou combustível para a mobilização. Em Americana, Jéssica Mayara Moraes, de 37 anos, começou a produzir camisetas, faixas e cartazes para pedir “justiça” pela morte da filha, Lídia Moraes Aguiar, de 15 anos, vítima de um grave acidente de trânsito no feriado de Carnaval. Um protesto está marcado para o dia 29 de março. O motorista, de 40 anos, estava alcoolizado, bateu contra um poste no Jardim Ipiranga e duas adolescentes, amigas da filha do condutor, morreram. “Perdi meu bem mais precioso, minha única filha”, desabafou a mãe durante esta semana. Lídia e Maria Eduarda de Souza Almeida, também de 15 anos, eram, segundo familiares, “boas filhas e melhores amigas”. A manifestação é organizada por Jéssica e por Manassés Rodrigues de Almeida, de 51 anos, pai de Maria Eduarda. O objetivo é reunir familiares, amigos e moradores em uma caminhada marcada para o dia 29 de março, um domingo.

Segundo o advogado das famílias, Jean Carlos de Lima, o ato terá início em frente à empresa Bandini, local do acidente, e seguirá até o Fórum de Americana, na Avenida Brasil. Defesa pede novos depoimentos e reclassificação do crime. A defesa informou que irá solicitar novos depoimentos, incluindo o da adolescente sobrevivente — que recebeu alta nesta semana — e de moradores que presenciaram a colisão. Também serão requeridos acesso ao laudo de dosagem alcoólica do motorista, imagens de câmeras de segurança e o laudo definitivo da perícia técnica. “Esses documentos podem levar de 30 a 60 dias, mas são fundamentais para esclarecer o que aconteceu”, explicou o advogado. O pai de Maria Eduarda, Manassés Rodrigues de Almeida, reforçou que a família busca o enquadramento do motorista por homicídio doloso, quando há intenção ou aceitação do risco de matar. Atualmente, o condutor responde por homicídio culposo, quando não há intenção.

De acordo com a defesa, o próprio motorista afirmou em depoimento que ingeriu bebida alcoólica antes de dirigir. “Ele colocou sete pessoas no carro, incluindo cinco crianças, assumiu o risco. Há testemunhas que relataram alta velocidade e zigue-zague na via”, destacou o advogado. **RELEMBRE O CASO** O acidente aconteceu por volta de 0h45 do dia 17 de fevereiro, na Rua Igara-tá, no Jardim Ipiranga. Um Chevrolet Vectra colidiu violentamente contra um poste em frente à empresa Bandini. O impacto foi tão forte que o veículo teve perda total. No carro estavam sete pessoas: o motorista, de 40 anos, a companheira dele e cinco adolescentes, incluindo a filha do condutor. A Polícia Militar encontrou cerca de 10 gramas de maconha dentro do carro. Maria Eduarda morreu no mesmo dia. Lídia chegou a ser socorrida em estado gravíssimo, mas não resistiu aos ferimentos e faleceu no dia seguinte. Uma terceira adolescente, também de 15 anos, permaneceu internada no

Hospital Municipal Dr. Waldemar Tebaldi. Ela passou por cirurgia, ficou na UTI devido a um politraumatismo e recebeu alta na segunda-feira (23), após melhora progressiva. Agora, continua a recuperação em casa e deve ser ouvida como testemunha-chave. O motorista foi preso em flagrante e responde por homicídio culposo, lesão corporal culposa e porte de entorpecente para consumo próprio. Apesar de admitir ter ingerido álcool, o exame clínico inicial não constatou embriaguez. Uma amostra de sangue foi coletada para análise complementar, cujo resultado ainda é aguardado. Em audiência de custódia, a Justiça concedeu liberdade provisória a ele, mediante medidas cautelares como recolhimento noturno, proibição de frequentar bares e obrigação de comparecimento mensal em juízo. Enquanto aguardam os desdobramentos da investigação, as famílias seguem transformando o luto em manifestação. Entre camisetas estampadas com fotos das meninas e faixas pedindo justiça, a mobilização busca manter viva a memória das adolescentes e pressionar por celeridade e responsabilização no caso.



TEMOS
VAGAS!
DE EMPREGO



GRUPO
A EXECUTIVA
DESDE 1974



AJUDANTE DE PRODUÇÃO (40 VAGAS)
Não exigimos experiência. Contratamos carteira branca. Para trabalhar de segunda a sexta-feira. Residir em Sumaré, Nova Odessa ou Americana.

AJUDANTE DE MOTORISTA

AJUDANTE GERAL

ASSISTENTE COMERCIAL

ASSISTENTE TÉCNICO

AUXILIAR DE COMPRAS

AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO

AUXILIAR DE FATURAMENTO

AUXILIAR DE LIMPEZA

AUXILIAR DE PRODUÇÃO

AUXILIAR DE QUALIDADE

AUX. DE SERVIÇOS GERAIS (PCD)

CASEIRO

CONFERENTE

COORD. DE CALL CENTER

INSTALADOR DE CÂMERAS

JARDINEIRO

MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO

OPERADOR DE EMPILHADEIRA

OPERADOR DE MÁQUINAS

OPERADOR DE PONTE ROLANTE

TÉCNICO DE MECATRÔNICA

ZELADOR

Envie currículo para: vagas@aexecutiva.com.br ou acesse nosso site www.aexecutiva.com.br

NOSSAS SOLUÇÕES



- Trabalho Temporário
- Terceirização de Serviços
- Recursos Humanos





Matriz
Rua 1º de Janeiro, 306 ° Centro - Nova Odessa/SP



(19) 3476.8620



Seus direitos

PREVIDENCIÁRIOS
merecem cuidado e orientação administrativa especializada

Por isso, conte conosco e planeje seu futuro!



GRUPO
APOSERV
Serviços Previdenciários



(19) 3466.3453
Av. Dr. Eddy de Freitas
Crisiuma, 865 - Bela Vista
Nova Odessa - SP



(19) 3406.5983
R. Sete de Setembro, 285
Centro - Americana - SP



@grupoaposerv



www.aposerv.com.br

ACIDENTE PODERÁ EVOLUIR PARA DOLO
O delegado Odair José Jaeger, responsável pela apuração do acidente em Americana, afirmou que a colisão fatal das jovens poderá ser tratada como dolo eventual, ou seja, quando o motorista assume o risco do acidente. Novos elementos colhidos pela Polícia Civil apontam que o condutor do veículo estaria em velocidade acima da permitida. Imagens reunidas durante a apuração mostram que o automóvel trafegava em alta velocidade no momento da colisão.

VESTIBULAR 2026

FACULDADE É FAM



INSCREVA-SE

VESTIBULARFAM.com.br



FAM
Faculdade de Americana

Relatório enviado ao MP revela falhas em jogos online e alerta para risco a crianças

Monitoramento identificou demora na exclusão de servidores com crimes em andamento e constatou dificuldades na verificação de responsáveis; análise foi realizada pelo Núcleo de Observação Digital da Polícia Civil de São Paulo



Mais de 1,2 mil alvos são acompanhados pelo núcleo especializado nas cidades do Estado

Paulo Medina • REGIÃO
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, “chefe do Ministério Público”, recebeu relatório técnico que acende um alerta sobre a segurança de crianças e adolescentes em plataformas de jogos online. O documento foi elaborado pelo Núcleo de Observação Digital (NOAD), da Polícia Civil, e identificou falhas estruturais de moderação que têm permitido a prática de crimes nesses ambientes virtuais.

O relatório entregue ao Ministério Público aponta falhas recorrentes identificadas durante o monitoramento contínuo das plataformas. Entre os problemas destacados estão a demora na exclusão de servi-

dores mesmo quando crimes estão sendo cometidos em tempo real, dificuldades na interrupção imediata de condutas ilegais e obstáculos na identificação dos responsáveis pelas práticas criminosas.

Segundo o documento, essas brechas têm sido exploradas para a prática de crimes contra crianças e adolescentes, ampliando os riscos em ambientes digitais amplamente frequentados pelo público jovem.

A partir da análise técnica, o Ministério Público poderá avaliar a adoção de medidas institucionais para reforçar a moderação em uma das principais plataformas monitoradas pelo núcleo.

O trabalho integra um conjunto amplo de ações do NOAD, que mantém monitoramento 24 horas por dia de ambientes digitais vol-

tados ao público infantil-juvenil. Atualmente, o núcleo acompanha mais de 1,2 mil alvos e, desde o início das atividades, já contribuiu para o resgate de 358 crianças e adolescentes de situações classificadas como de risco iminente.

O relatório reforça a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle nas plataformas digitais e amplia o debate sobre a responsabilidade das empresas na prevenção de crimes em ambientes virtuais frequentados por menores de idade.

A apresentação do relatório contou com a presença do secretário de Estado da Segurança, Osvaldo Nicó Gonçalves; do delegado-geral da Polícia Civil, Artur Dian; e da delegada Lissandra Salvarego, coordenadora do NOAD.

ENCONTRO REGIONAL

Sumaré debate construção do Plano da Rede de Atenção Psicossocial

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Secretaria de Saúde de Sumaré sediou a reunião da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O encontro ocorreu no gabinete do prefeito, no Centro Administrativo de Nova Veneza, e concentrou representantes do Departamento Regional de Saúde (DRS) VII – Campinas e DRS XIV, de São João da Boa Vista.

Os participantes discutiram a construção do Plano Regional da RAPS. A proposta marca a retomada da organização regional

do cuidado em saúde mental. A iniciativa parte do entendimento de que nenhum município, de forma isolada, consegue estruturar todos os pontos de atenção necessários para assegurar cuidado integral ao paciente.

O secretário de Saúde, Frederico Almeida, deu as boas-vindas à equipe técnica e destacou a importância do encontro. “Nosso município mantém as portas abertas para debates que fortalecem o cuidado em saúde mental. A regionalização fortalece o SUS, amplia o acesso e organiza a rede de forma mais efi-

ciente. Quando os municípios atuam de maneira integrada, conseguimos garantir cuidado contínuo, responsável e de qualidade à população”, destacou.

Segundo Vanessa Eller, psicóloga e articuladora de Saúde Mental no DRS VII, a regionalização ultrapassa o conceito de diretriz do SUS e se consolida como instrumento de equidade. “Trata-se de compartilhar recursos, pactuar fluxos, dividir responsabilidades e assegurar que o acesso ao cuidado não dependa apenas do local de residência do usuário, mas da capacidade coletiva



Plano Regional da RAPS estabelece diretrizes para fortalecer Atenção Primária

da região”, explicou.

O Plano Regional da RAPS estabelece diretrizes para fortalecer a Atenção Primária, qualificar

a Atenção Especializada, ampliar a retaguarda hospitalar e integrar os diferentes pontos da rede. A expectativa é consolidar um

modelo de atenção articulado, capaz de responder às demandas de saúde mental de forma organizada e regionalizada.



Nutrição além do prato

Marina Rocha Luciano

É nutricionista clínica, formada pela UNICAMP, com especialização em Nutrição Esportiva e Obesidade pela USP. Atua com foco em emagrecimento, performance esportiva e qualidade de vida, sempre com base científica e estratégias individualizadas. Em sua prática e em seus textos, defende uma nutrição consciente, sustentável e aplicável à vida real. Atende na clínica Centerclin, em Sumaré.

Resistência à insulina: o que realmente está por trás desse diagnóstico tão comum

É comum ouvir pessoas relatarem que receberam o diagnóstico de resistência à insulina. Em muitos casos, essa informação vem acompanhada de preocupação e da ideia de que ela, sozinha, explicaria a dificuldade para emagrecer ou os resultados insatisfatórios nos exames.

Mas afinal, o que significa, de fato, ter resistência à insulina?

A insulina é um hormônio produzido pelo pâncreas cuja principal função é permitir que a glicose presente no san-

gue entre nas células para ser utilizada como fonte de energia. Trata-se de um mecanismo essencial para a sobrevivência. Sem a ação adequada da insulina, o organismo não consegue manter o equilíbrio metabólico.

A resistência à insulina ocorre quando as células passam a responder de maneira menos eficiente ao sinal desse hormônio. Para compensar essa menor resposta, o pâncreas aumenta a produção de insulina, mantendo, por um período, os

níveis de glicose dentro da normalidade. Por essa razão, a glicemia pode permanecer normal nas fases iniciais, enquanto a insulina já se encontra elevada.

Esse quadro geralmente está inserido em um contexto metabólico mais amplo.

O aumento de gordura visceral, o sedentarismo, a privação de sono, o estresse crônico e o consumo calórico excessivo ao longo do tempo estão entre os principais fatores associados à redução da sensibilidade à insulina. Processos inflamatórios de baixo grau, frequentemente relacionados ao excesso de tecido adiposo, também contribuem para esse cenário.

Um ponto importante é compreender que, em muitos casos, a resistência à insulina não surge de forma isolada. Ela costuma ser consequência de um ambiente metabólico desfavorável. Com o tempo, no entanto, níveis persistentemente elevados de insulina podem favorecer maior armazenamento de energia, criando um ciclo que dificulta a perda de gordura. Assim, causa e consequência passam a coexistir.

A boa notícia é que a resistência à insulina é, em grande parte, reversível. A literatura científica demonstra de forma consistente que intervenções no estilo de vida são altamente eficazes na melhora da sensibilidade à insulina.

A prática regular de atividade física, especialmente o treino de força, desem-

penha papel central ao aumentar a captação de glicose pelo músculo e melhorar a eficiência metabólica. A redução da gordura visceral, a organização do padrão alimentar, o consumo adequado de proteínas e fibras e a melhora da qualidade do sono também apresentam impacto significativo.

É importante destacar que estratégias radicais, como a exclusão completa de carboidratos, não são obrigatórias para todos os casos e, quando realizadas sem critério ou acompanhamento adequado, podem ser prejudiciais. Os carboidratos constituem a principal fonte de energia do organismo, especialmente para o cérebro e para a prática de atividade física. Restrição excessiva pode levar à baixa disponibilidade energética, piora de desempenho, maior risco de perda de massa muscular e dificuldade de manutenção a longo prazo. O foco deve estar no equilíbrio e na consistência, e não na eliminação indiscriminada de grupos alimentares.

Mais do que um número em um exame, a resistência à insulina é um sinal de que ajustes são necessários. Quando esses ajustes são realizados com orientação adequada e base científica, o organismo tende a responder positivamente.

Compreender o processo é o primeiro passo para substituir o medo por estratégia e transformar informação em cuidado.

INVESTIGAÇÃO NO LEGISLATIVO

CEI da Coffee Break analisa documentos para convocar servidores em Hortolândia

Comissão Especial de Inquérito caminha na apuração de contrato e possíveis irregularidades na área da educação; processo envolve licitação da empresa Life Tecnologia Educacional; operação foi conduzida pela Polícia Federal



Parlamentares analisaram mais de 600 páginas de documentos sobre processo licitatório

Paulo Medina • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Câmara de Hortolândia realizou, nesta quinta-feira (26), a quarta reunião de 2026, sendo a segunda apenas nesta semana, dando início à fase de avaliação dos documentos encaminhados pela prefeitura a respeito da apuração de informações relacionadas à Operação Coffee Break, investigação conduzida pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Polícia Federal (PF) que apura possíveis desvios de recursos da educação em municípios paulistas, entre eles Hortolândia.

Até o momento, os vereadores já analisaram mais de 600 páginas de documentos, com o objetivo de verificar eventuais irregularidades no processo licitatório envolvendo a prefeitura e a empresa Life Tecnologia Educacional. A partir dessa etapa, a comissão deve definir as próximas convocações de servidores que participaram da contratação.

A Operação Coffee Break resultou, anteriormente, na prisão do vice-prefeito

afastado Cafu César (PSB), que obteve habeas corpus e responde ao processo em liberdade.

De acordo com o presidente da CEI, vereador Ananias José Barbosa (Republicanos), esta fase é considerada decisiva para o andamento da investigação. “Ainda estamos na etapa considerada mais técnica e documental. É fundamental realizar uma leitura atenta e criteriosa, pois é a partir dessa análise que serão definidos os questionamentos e as convocações dos servidores envolvidos na contratação. Todos os membros estão conscientes da responsabilidade que assumimos e comprometidos em garantir a devida apuração dos fatos”, destacou.

Após a conclusão da análise dos documentos e das oitivas, a comissão deverá elaborar um relatório final com as conclusões e eventuais encaminhamentos. Integram a CEI os vereadores Ananias José Barbosa, Carlos Rodrigues de Oliveira, o Carlão do Nova Europa (PV), Edivaldo Sousa Araújo (PP) e Edimilson Marcelo Afonso, o Zaca (Republicanos).

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Programa Acerte abre cadastro para novos participantes em Hortolândia

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Hortolândia abriu cadastro para pessoas interessadas em participar do Programa Acerte, nas áreas de Costura Industrial e de Serviços Gerais. O Programa Acerte é uma iniciativa de qualificação profissional desenvolvida pela Secretaria de Governo, voltada a pessoas em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de promover inclusão produtiva, autonomia fi-



Interessados podem se candidatar para capacitações em Costura Industrial e Serviços Gerais

nanceira e ampliação de oportunidades no mercado de trabalho. A pessoa participante recebe capacitação técnica por meio de cursos, bolsa-auxílio mensal no valor de R\$ 710 e cesta básica. Não há limite de vagas, sendo que o cadastro funcionará como Banco de Talentos. Interessados podem se inscrever até o dia 31 de março.

INSCRIÇÕES

De acordo com informações da Secretaria de Governo, as inscrições são realizadas periodicamente, conforme a abertura de novas turmas, e são destinadas a pessoas maiores de 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, que tenham disponibilidade

de para participação presencial nas atividades propostas e que sejam moradores do município há, no mínimo, 12 meses.

Um dos eixos de atuação do Acerte, o de Costura Industrial, proporciona capacitação aos aprendizes e uniforme escolar gratuito aos estudantes da rede municipal de Hortolândia, servindo como um instrumento de transformação social, com desenvolvimento pessoal, profissional e comunitário.

A inscrição para Costura Industrial pode ser feita pelo link: <https://forms.gle/HMr9eMC8hEDFwAU8>. E o cadastro para Serviços Gerais, através do link: <https://forms.gle/s6vvxhjb-vmGmJ8217>.



Direito Médico e da Saúde

Dra. Lanna Vaughan Romano

é advogada (OAB/SP nº 286.206), especialista em Direito Médico, Direito da Saúde e Direito da Farmácia e do Medicamento, com pós-graduações pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Presidente da Comissão de Direito Médico e da Saúde da OAB Sumaré.

e-mail: dra.lannaromano@gmail.com

A recusa terapêutica e a autonomia do paciente no Direito Brasileiro: Limites jurídicos do consentimento e do dissenso informado

Um dos temas mais sensíveis e atuais diz respeito à recusa terapêutica situação em que o paciente, plenamente capaz, rejeita tratamento potencialmente salvador. O conflito entre autonomia individual e dever médico de preservação da vida impõe complexos desafios jurídicos e éticos.

2. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA AUTONOMIA

A autonomia do paciente encontra respaldo direto na Constituição Federal, especialmente nos princípios da digni-

dade da pessoa humana e da liberdade individual.

No plano infraconstitucional, o Código Civil estabelece, em seu art. 15, que ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica.

Além disso, o Código de Ética Médica veda ao médico desrespeitar o direito do paciente de decidir livremente sobre sua pessoa ou seu bem-estar.

Dessa forma, o consentimento e também o dissenso tornam-se juridicamente relevantes.

3. RECUSA TERAPÊUTICA X OMISSÃO DE SOCORRO

Um dos principais debates reside na possível responsabilização do médico diante da recusa de tratamento.

Se o paciente é: maior e capaz, adequadamente informado, livre de coação a recusa sem dúvida deve ser respeitada.

Não havendo que se falar em omissão de socorro, pois inexistente dever jurídico de agir contra a vontade válida do paciente. Entretanto, o profissional deve sempre registrar minuciosamente a orientação prestada, documentar os riscos esclarecidos e colher termo formal de recusa.

4. SITUAÇÕES-LIMITE

4.1 PACIENTES TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

Casos envolvendo recusa de transfusão sanguínea continuam frequentes no Judiciário. A jurisprudência brasileira tem oscilado, mas há tendência de prevalência da autonomia em pacientes capazes.

4.2 PACIENTES INCONSCIENTES

Na ausência de manifestação prévia, prevalece o princípio da preservação da vida. Contudo, a existência de diretivas antecipadas altera esse cenário.

5. Diretivas Antecipadas de Vontade

As chamadas “testamentos vitais” foram reconhecidas no Brasil por meio do Conselho Federal de Medicina, que regulamentou as diretivas antecipadas.

Esses documentos permitem que o paciente manifeste previamente sua vontade quanto a tratamentos futuros, espe-

cialmente em situações de terminalidade.

6. RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO

O respeito à recusa terapêutica válida não gera responsabilidade civil.

Por outro lado, haverá responsabilização se: p médico omitir informações essenciais, induzir o paciente a erro, desconsiderar diretiva antecipada válida, deixar de agir em caso de incapacidade e risco iminente sem manifestação prévia.

A responsabilidade permanece, em regra, subjetiva, exigindo comprovação de culpa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recusa terapêutica representa uma das expressões mais sensíveis da autonomia privada no campo da saúde. O desafio jurídico não está apenas em preservar a vida, mas em garantir que essa vida seja vivida conforme os valores do próprio indivíduo.

O médico deixa de ser mero decisor técnico para atuar como garantidor do processo informativo e da legalidade do consentimento inclusive quando este se traduz em negativa.

Diante da complexidade ética e jurídica que envolve a recusa terapêutica, é imprescindível que profissionais da saúde e instituições hospitalares contem sempre com assessoria jurídica especializada ou busquem orientação de advogado com atuação em Direito Médico e da Saúde, a fim de mitigar riscos e garantir segurança nas decisões clínicas.

PEDIDO DO GAEMA

Prefeito Leitinho propõe lei para coibir ligações irregulares na rede de esgoto

Projeto autoriza fiscalização em imóveis e visa proteger Estação de Tratamento de Esgoto; se Câmara de Nova Odessa aprovar, Coden ficará autorizada a aplicar multas em moradores que não corrigirem impropriedades nas residências

Paulo Medina • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O prefeito de Nova Odessa, Cláudio Schooder, o Leitinho (PSD), encaminhou para a Câmara Municipal um projeto de lei que autoriza a fiscalização e a punição a imóveis com ligações irregulares de águas pluviais na rede de esgoto. O projeto atende pedido do Ministério Público.

A proposta concede à Coden Ambiental poderes para vistoriar residências, comércios e outros estabelecimentos, a fim de identificar despejos indevidos que comprometem o sistema de coleta e tratamento.

De acordo com o projeto, passa a ser proibida qualquer ligação de águas da chuva ou de drenagem na rede coletora de esgotos. Imóveis em situação irregular terão prazo de até 180 dias para se adequar, após a publicação da lei.

A companhia poderá realizar testes, acessar os imóveis com autorização dos responsáveis ou, se necessário, por decisão judicial, para verificar o cumprimento das normas.

Caso a irregularidade se-



Irregularidades sobrecarregam sistema de saneamento; projeto libera fiscalização da Coden

ja confirmada, o proprietário será notificado para regularizar a situação em até 90 dias. Se o problema persistir, será aplicada multa

inicial de 10 UFESPs (cerca de R\$ 380), com acréscimo diário até a regularização. A proposta também prevê penalidades para quem

impedir a fiscalização, com multa inicial de 20 UFESPs (cerca de R\$ 760), além de cobrança diária enquanto durar o bloqueio.

O Executivo destaca que as ligações indevidas “sobrecarregam a Estação de Tratamento de Esgoto, elevam custos operacionais

e podem causar prejuízos ambientais e sanitários”.

Segundo a administração, a medida atende recomendação do Gaema (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente), ligado ao Ministério Público, que cobra ações permanentes para combater esse tipo de irregularidade nos municípios da região.

RESPONSABILIDADE

O projeto estabelece ainda que todos os custos com obras e materiais para a correção das ligações serão de responsabilidade exclusiva dos proprietários dos imóveis.

Mesmo após o pagamento de multas, o responsável continuará obrigado a regularizar a situação junto à Coden Ambiental.

O texto foi protocolado na Câmara Municipal de Nova Odessa e é analisado pelas comissões antes de seguir para votação em plenário.

Se aprovado, o projeto revoga a legislação anterior sobre o tema e passa a integrar o conjunto de normas municipais voltadas à proteção ambiental e à melhoria do saneamento básico.

RECONHECIMENTO PÚBLICO

DAE de Americana recebe prêmio da ARES-PCJ pelo Acertar 2025

Da Redação • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Americana recebeu nesta semana o Prêmio de Reconhecimento Acertar 2025, concedido pela Agência Reguladora ARES-PCJ durante evento realizado na sede da entidade, que marcou o encerramento do ciclo 2025 da metodologia e o lançamento do ciclo 2026.

Esta é a primeira vez que o DAE é contemplado com uma premiação relacionada ao Programa Acertar. Ao todo, quatro municípios foram reconhecidos nesta categoria entre os 35 participantes da metodologia na área de abrangência da agência reguladora. O prêmio valoriza o comprometimento das equipes com a sistemática do Acertar, especialmente quanto à qualidade das informações, credibilidade dos dados e aprimoramento contínuo dos indicadores do setor de saneamento.

O prefeito Chico Sardelli (PL) destacou a importância do reconhecimento. “Essa premiação demonstra o comprometimento técnico das equipes do DAE e reforça que estamos no caminho certo, trabalhando com responsabilidade, planejamento e transparência para fortalecer o saneamento em Americana. É um reconhecimento que valoriza o esforço coletivo e



Autarquia diz que prêmio mostra organização e transparência de processos adotados

a busca constante por melhoria nos serviços prestados à população”, afirmou.

O superintendente do DAE, Fábio Renato de Oliveira, que participou do evento ao lado da diretora da Unidade Comercial da autarquia, Lúcia Camilo de Godoy, e do chefe do Atendimento Presencial do DAE, Douglas Aparecido Sardinha, ressaltou que o reconhecimento é resultado do empenho das equipes na qualificação das informações e no cumprimento rigoroso da metodologia.

“O Acertar exige organização, controle e comprometimento com a qualidade dos dados. Receber esse prêmio mostra que nossas equipes estão alinhadas com as boas práticas de

gestão e com a responsabilidade de prestar informações cada vez mais confiáveis. Isso fortalece a credibilidade do DAE e contribui para decisões mais eficientes no setor”, destacou.

Durante o encontro, que contou com a presença do diretor-geral da ARES-PCJ, Dalto Brochi, foi apresentado o balanço do ciclo 2025 e oficializado o início do ciclo 2026 da metodologia, que seguirá com auditorias e certificações nos municípios participantes.

Criado pelo Ministério das Cidades em 2018, o Programa Acertar estabelece uma metodologia nacional voltada à auditoria e certificação das informações prestadas pelos serviços de saneamento ao Sistema Nacional de Informações so-

bre Saneamento (SNIS), reforçando a transparência, o controle e a confiabilidade dos dados utilizados para planejamento e formulação de políticas públicas. “Receber o reconhecimento da ARES-PCJ pelo Programa Acertar é motivo de orgulho para o DAE Americana. Esse prêmio demonstra que nossos processos estão cada vez mais organizados, confiáveis e transparentes. Quando aprimoramos nossos procedimentos, fortalecemos a eficiência dos serviços e entregamos mais qualidade à população. Essa conquista é resultado do trabalho comprometido da nossa equipe e reforça nosso compromisso com a melhoria contínua”, destacou a diretora da Unidade Comercial.

AVANÇOS EM TRATAMENTO

Boletim de HIV em Nova Odessa aponta 97% de supressão viral

Da Redação • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O recente Boletim Epidemiológico de HIV/Aids divulgado pela Prefeitura de Nova Odessa, referente ao segundo semestre de 2025, revelou que 97% dos pacientes em Terapia Antirretroviral (TARV) apresentaram carga viral suprimida no início de 2026, um avanço significativo em comparação ao período anterior à implantação do Centro de Referência em Infectologia (CRI), quando o município registrava entre 88% e 93% de supressão.

Outro indicador que demonstra a eficiência do serviço especializado, inaugurado em dezembro de 2023, é a agilidade no início do tratamento. Atualmente, 90% dos novos diagnósticos de HIV iniciam a terapia no primeiro mês após a descoberta da infecção. Em 2025, metade dos casos diagnosticados começaram o tratamento no mesmo dia.

O boletim também revela que não existem mais casos em “GAP de tratamento e vinculação” – termo que indica lacuna ou falha no acompanhamento dos pacientes.

Além do avanço no tratamento, o CRI tem ampliado as estratégias de prevenção combinada.

Atualmente, 39 pessoas realizam Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) no CRI, mas o objetivo é expandir esse número.

Já a Profilaxia Pós-Exposição (PEP) apresentou um salto significativo, com destaque para o protagonismo da enfermagem nas prescrições. O trabalho de capacitação constante promovido pelo CRI com a equipe multidisciplinar da Atenção Básica descentralizou o atendimento: o Hospital Municipal deixou de ser a principal porta de entrada para os casos de PEP, que agora são acolhidos em diferentes pontos da rede.

Atuação do CRI de Nova Odessa já rendeu reconhecimento estadual em 2024

O trabalho do CRI já rendeu reconhecimento estadual: em 2024, o serviço recebeu o Selo Bronze em Boas Práticas, concedido pelo Estado de São Paulo.

O CRI está localizado na Rua 1º de Janeiro, nº 280, no Centro, e funciona das 7h às 16h. O telefone para contato é o (19) 3466-5452. A unidade oferece acolhimento, testagem rápida, acompanhamento multiprofissional, dispensação de medicamentos e as profilaxias PEP e PrEP.

ECONOMIA NAS CONTAS

Monte Mor autoriza instalação de bloqueadores de ar em hidrômetros

Legislação garante ao consumidor direito de colocar equipamento antes do hidrômetro e vale para imóveis residenciais e comerciais; instalação poderá ser feita pelo próprio morador ou por profissional autorizado; Murilo sancionou norma

Paulo Medina • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O prefeito Murilo Rinaldo (PP) sancionou lei que autoriza a instalação de bloqueador de ar para hidrômetro na tubulação do sistema de água em imóveis residenciais e comerciais de Monte Mor. A proposta é de autoria do vereador e presidente da Câmara, Beto Carvalho (PP), e foi aprovada pelo Legislativo Municipal antes de seguir para sanção do Executivo.

Com a nova legislação, a Sabesp, concessionária responsável pelo abastecimento de água e saneamento, deverá permitir, mediante solicitação do consumidor, a instalação do equipamento na tubulação que antecede o hidrômetro do imóvel. O objetivo é assegurar ao usuário o direito de optar pelo dispositivo, que pode contribuir para evitar a medição de ar na rede e prevenir contas supostamente mais caras.

Conforme a lei de Beto Carvalho, tanto os hidrômetros já instalados quanto os que vierem a serem colocados após a regulamentação da norma poderão



Estudos indicam economia média de até 35% nas contas de água após instalação de equipamento

rão receber o bloqueador de ar. O equipamento deverá ser adquirido exclusivamente pelo consumidor interessado.

A norma estabelece ainda que a instalação poderá ser realizada pelo próprio

consumidor ou por empresa ou profissional por ele autorizado, oferecendo flexibilidade quanto à execução do serviço.

Para efetivar o pedido, o interessado deverá formalizar solicitação por meio de

protocolo junto à concessionária de abastecimento ou à Agência Municipal de Regulação e Fiscalização. A lei considera como consumidores todos os usuários do serviço, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

Outro ponto previsto é a obrigatoriedade de divulgação do conteúdo da lei nas contas mensais de água, além de materiais publicitários da concessionária, garantindo que a população tenha amplo conhe-

cimento do novo direito.

“É notória a existência de prejuízos significativos causados aos usuários do serviço de abastecimento de água, porque os consumidores acabam, na prática, pagando por ar como se fosse água”, afirmou Beto no projeto de lei.

O parlamentar explicou que o processo de bombeamento da água gera naturalmente a presença de ar nas redes, mas o consumidor não deve arcar com esse custo. Ele cita estudos da Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG), que apontam economia média de até 35% nas contas de água após a instalação de reguladores de ar.

“Quando o abastecimento é suspenso, formam-se bolsões de ar nas tubulações, o que eleva indevidamente o volume registrado pelo hidrômetro. Ao retomar o fornecimento, a água empurra o ar acumulado, simulando um consumo maior do que o real”, afirma.

O vereador lembra que o problema é mais comum em regiões elevadas e nas extremidades das redes, onde as interrupções são mais frequentes.



ALMANAQUE SERTANEJO

Diego Vivan
e-mail: diego.vivan@gmail.com

Jennifer & Stephany entram no Top 30 do YouTube com “Camionete vai pular”



No dia 13 de fevereiro, Jennifer & Stephany mostraram mais uma vez que sabem exatamente como lançar um hit. No embalo do pós-Carnaval, a dupla emplaca “Camionete vai pular” entre as músicas mais comentadas e conquista o #24 no Trending Chart de Música do YouTube, além de ultrapassar 3.8 milhões de visualizações em apenas seis dias.

O sucesso não para por aí! No TikTok, a música já embala mais de 2.3 mil publicações, mostrando a força orgânica da faixa. Em parceria com Pedro Paulo & Alex (PPA), o lançamento traz a força feminina de Jennifer & Stephany à energia contagiante da dupla, entregando uma mistura explosiva de sertanejo com batidas modernas.

Com refrão marcante e clima de festa, “Camionete vai pular” traz ainda um elemento especial: a música faz uma interpolação (sample) de um clássico do cantor Daniel, “A Jiripoca vai piar”, conectando gerações e trazendo

aquele toque de nostalgia que conversa diretamente com o público apaixonado pelo sertanejo raiz, agora com uma roupagem mais agro, atual e vibrante.

A canção foi composta por Henrique Reis, Guilherme Rosa e Adriano Bernardes, e aposta em uma produção potente assinada por Eduardo Godoy. Além disso, vem com levada dançante e letra que celebra a curtição, a liberdade e o clima de interior, onde a camionete vira palco e a diversão não tem hora pra acabar. A combinação das vozes de Jennifer & Stephany com Pedro Paulo & Alex reforça a proposta da faixa: levantar o público do primeiro ao último acorde e grudar nas mentes com um tom bem chiclete.

“Camionete vai pular” tem também o clipe contagiante que foi gravado em Marialva, interior do Estado do Paraná, e com a direção de vídeo assinada por Jacques Júnior, o trabalho une tradição e modernidade. Acompanhe mais nas redes sociais das gurias @jenniferestephany.

AÇÕES AMBIENTAIS

Monte Mor Recicla vira referência em sustentabilidade na região



Intercâmbio sustentável apresentou ações como Mercado do Bem e Moeda do Bem

Da Redação • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Monte Mor recebeu recentemente representantes de municípios da região para um intercâmbio sustentável que apresentou as ações do programa Monte Mor Recicla, política pública ambiental que integra reciclagem, inclusão social e educação ambiental no município. O encontro ocorreu em espaços do programa e teve como objetivo compartilhar experiências e metodologias adotadas pela cidade.

A visita foi conduzida pelas secretarias de Meio Ambiente e Agricultura, de Desenvolvimento Econômico e Social e pelo Fun-

do Social de Solidariedade, com apoio do Consimares, por meio do Programa Recicla Cidade, e da Associação Espaço Urbano, entidade parceira e executora da metodologia aplicada no município. Participaram representantes de São Vicente, Cubatão, Praia Grande e Elias Fausto, interessados em conhecer de perto as ações desenvolvidas na cidade, além de representantes da Tetra Pak, empresa patrocinadora do Monte Mor Recicla.

Durante o intercâmbio, os visitantes conheceram o funcionamento do Mercado do Bem, espaço de Eco Troca criado com o objetivo de promover educação ambiental e combater a in-

segurança alimentar. No local, moradores trocam materiais recicláveis limpos e separados por Moedas do Bem, utilizadas para a retirada de itens essenciais, fortalecendo a segurança alimentar, a economia solidária e o apoio a famílias em situação de vulnerabilidade.

O Monte Mor Recicla foi instituído por lei municipal e estabelece diretrizes para incentivo à coleta seletiva, educação ambiental e engajamento da população. A iniciativa conecta sustentabilidade ambiental e políticas sociais, amplia a participação cidadã e consolida Monte Mor como referência regional em gestão integrada de resíduos sólidos.

DEFESA CIVIL

Famílias atingidas pelas chuvas em Hortolândia recebem atendimento

Defesa Civil mobilizou equipes após tempestade e 16 famílias foram acolhidas de forma emergencial pelo SUAS; itens como colchões, cobertores, água e produtos de limpeza foram distribuídos; prefeitura prestou apoio mediante demanda

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Além do mutirão de lavagem de vias enlameadas e dos serviços de recuperação do asfalto e dos sistemas subterrâneos da drenagem urbana, bem como da sinalização e a orientação do tráfego nos pontos mais críticos, a Prefeitura de Hortolândia também cuidou das pessoas diretamente atingidas pela forte chuva caída na madrugada de quinta-feira (26). Todas

“Fizemos plantão, acolhendo com colchão, agasalho, água, tudo que a família precisa”

as ocorrências informadas à Administração Municipal por meio do telefone 199 foram acolhidas pelo Sistema de Defesa Civil, que fez a triagem dos casos e mobilizou as secretarias municipais com vistas ao atendimento à população, conforme a necessidade e a urgência de cada situação. Segundo a Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social, com a precipitação de 82 milímetros, algumas famílias tiveram as casas inundadas, sendo que 16 delas, com deman-



Assistência Social acompanha casos para garantir proteção contínua e ações envolvem trabalho integrado

das mais urgentes, precisaram de pronto atendimento por parte dos profissionais do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Equipes de três Departamentos (Assistência Social, Administrativo e de Políticas Públicas para Pessoas Com Deficiência), além do Fundo Social de Solidariedade, participaram do atendimento, distribuindo água potável, cestas básicas, cobertores,

colchões e produtos de limpeza aos atingidos. “A gente estava preparado para atender todas as famílias. Fizemos todo um plantão, acolhendo com colchão, agasalho, água, tudo aquilo que a família precisava diante do quadro de uma chuva muito forte e de bastante tempo de chuva. Graças a Deus, Hortolândia até que não teve tanto estrago, dian-

te de outras cidades. Tudo o que a gente pôde fazer, todo o respaldo para as famílias, fizemos. Estamos aqui de prontidão para ajudar em tudo aquilo que precisarem”, afirmou a primeira-dama, presidente do Fundo Social e secretária de Inclusão e Desenvolvimento Social, Maria dos Anjos Assis Barros. De acordo com o diretor de Assistência Social, Je-

sus José Ribeiro da Costa, as famílias mais atingidas não precisaram sair dos imóveis. Elas mesmas se organizaram em mutirões para o processo de limpeza e a prefeitura prestou apoio com as demandas urgentes e também com o acompanhamento dos casos. “A Assistência Social desempenha um papel fundamental no atendimento às famílias afetadas por

fortes chuvas. No presente momento, o objetivo é afiançar a proteção social integral, viabilizando direitos e garantindo dignidade aos usuários. Para além do atendimento emergencial, o SUAS atua no acompanhamento planejado a médio e longo prazo. Nas unidades de CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), é ofertada escuta qualificada, garantindo que as demandas familiares sejam trabalhadas com foco na proteção e emancipação de cada indivíduo, prevenindo a ruptura de vínculos familiares e comunitários. Os acontecimentos decorrentes das mudanças climáticas trazem desafios a serem trabalhados intersetorialmente, e no município de Hortolândia, esse enfrentamento é realizado de forma articulada e organizada com outras políticas como Saúde, Habitação, Serviços Urbanos, Defesa Civil, entre outras. O foco é a segurança, a saúde e a dignidade das pessoas”, explicou o gestor. Foram atendidas oito famílias no Jardim Ricardo; cinco famílias no Jardim Sumarezinho; duas no Jardim Adelaide; e uma no Jardim Santa Clara do Lago.



Tribuna Legal

Andressa Martins

É proprietária e fundadora do escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Campinas, desde 2006, atua como advogada há mais de 17 anos. Atualmente é Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social pela OAB Sumaré.
andressa@andressamartins.adv.br | @andressamartinsadvocacia
End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP
Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504

Carteira de Trabalho Regular pode reverter negativa de aposentadoria

Um segurado que havia tido o pedido de aposentadoria por idade indeferido pelo INSS conseguiu modificar o resultado na própria esfera administrativa. O caso foi examinado pelo Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), que acolheu o recurso e determinou a implantação do benefício. A negativa inicial decorreu da desconsideração, pelo INSS, de determinados vínculos empregatícios anotados na Carteira de Trabalho. Paralelamente, discutiu-se a própria admissibilidade do recurso, sob o argumento de eventual intempestividade. Ao reavaliar o processo, o colegiado identificou dois aspectos determinantes: a inexistência de comprovação formal da ciência da decisão administrativa anterior e a idoneidade das anotações constantes na CTPS.

AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CIÊNCIA MANTEVE O RECURSO VÁLIDO
Antes mesmo de enfrentar o mérito

previdenciário, o CRPS examinou a questão processual. Constatou-se que não havia registro formal de que o segurado tivesse sido cientificado da decisão que indeferiu o benefício. Com fundamento nos arts. 77 e 78 do Regimento Interno do CRPS, o colegiado entendeu que, sem essa formalização, não se inicia a contagem regular do prazo recursal. Em termos práticos, isso significa que não é possível declarar o recurso intempestivo quando inexistente prova de que o segurado teve ciência inequívoca da decisão. Trata-se de ponto sensível na prática administrativa, pois muitos processos deixam de avançar justamente por discussão quanto à tempestividade.

CTPS SEM VÍCIOS FORMAIS TEM FORÇA PROBATÓRIA
No exame do mérito, o Conselho aplicou o entendimento consolidado no Enunciado nº 2 do CRPS: embora a Car-

teira de Trabalho não possua presunção absoluta, ela pode constituir prova suficiente para fins previdenciários quando não apresenta falhas que comprometam sua autenticidade. No caso concreto, as anotações estavam:

- organizadas em sequência cronológica;
- sem rasuras ou indícios de adulteração;
- realizadas à época dos fatos.

Diante dessas características, os períodos foram reconhecidos tanto para fins de tempo de contribuição quanto de carência, ainda que não constassem integralmente no CNIS.

REQUISITOS PREENCHIDOS PARA APOSENTADORIA POR IDADE
Com a inclusão dos períodos anteriormente desconsiderados, o segurado alcançou 15 anos de tempo de contribuição e 180 contribuições mensais, além da idade mínima exigida. Assim, restaram preenchidos os requisitos previstos no art. 188-H do Decreto nº 3.048/1999, assegurando o direito à aposentadoria por idade conforme as regras aplicáveis aos segurados filiados antes da Reforma da Previdência.

SEM PENALIDADE POR SUPOSTA JUNTADA TARDIA DE DOCUMENTOS
Outro ponto relevante foi o afastamento da aplicação do § 4º do art. 347 do Decreto nº 3.048/99. O colegiado entendeu que não houve apresentação de documentos inéditos apenas na fase recursal, já que as provas constavam do requerimento inicial. Essa conclusão evitou eventual limitação dos efeitos financeiros do benefício.

O INSS PODE DESCONSIDERAR A CARTEIRA DE TRABALHO?
Não de forma automática. Se a CTPS estiver formalmente regular, sem rasuras ou inconsistências, deve ser analisada como meio idôneo de prova do vínculo e do tempo de contribuição.

E SE O VÍNCULO NÃO APARECER NO CNIS?
A ausência de registro no CNIS não invalida, por si só, a anotação na Carteira de Trabalho. O próprio Decreto nº 3.048/1999 admite a utilização de documentos contemporâneos aos fatos para suprir lacunas ou divergências cadastrais.

É POSSÍVEL RECORRER FORA DO PRAZO?
Depende do caso concreto. Se não houver comprovação formal da ciência da decisão administrativa, o prazo pode não ter começado a correr — o que viabiliza a análise do recurso.

A DECISÃO VALE AUTOMATICAMENTE PARA TODOS?
Não. Cada processo administrativo possui suas particularidades fáticas e documentais. Contudo, o entendimento reforça dois pontos estratégicos: a necessidade de comprovação formal da ciência da decisão e a relevância da Carteira de Trabalho regular como instrumento probatório. Na prática previdenciária, detalhes processuais e documentais como esses frequentemente são determinantes para reverter uma negativa administrativa e assegurar o direito ao benefício. Você gostou deste conteúdo? Para mais informações, continue acompanhando nossa coluna semanal. Tenha um excelente domingo!

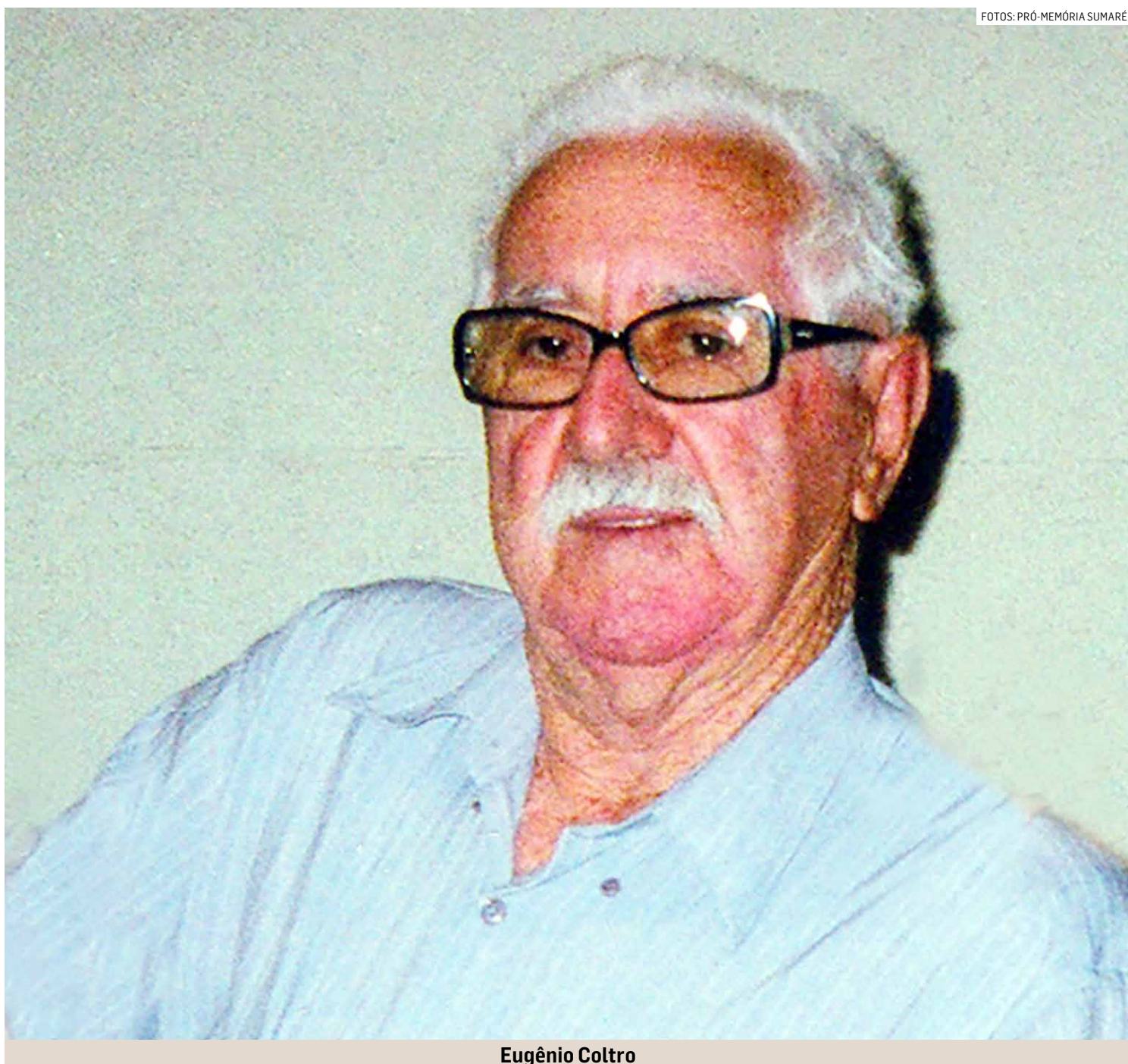
AUTORA DO TEXTO



Ema Regina
Bianchi Aguiar

Jornalista, Escritora
e Colaboradora da
Associação Pró-Memória
de Sumaré

Eugênio Coltro (★1931 †2026)



FOTOS: PRÓ-MEMÓRIA SUMARÉ

Eugênio Coltro

Foi quando sua moto-niveladora começou abrir espaço no meio do mato e alargar a Avenida Júlia Vasconcellos Bufarah que Eugênio Coltro não teve dúvidas: era essa mesma sua vocação.

Lembrou-se então do seu tempo de menino, no bairro Toledo, onde hoje se localiza a Estância Árvore da Vida. Naquela época, num dia ensolarado, viu passar pela estrada uma daquelas máquinas. Em cima dela, um homem que ao dirigi-la parecia ter tanto poder quanto o barulhento motor do veículo. Pensou: “ainda vou dirigir uma dessas”.

Seu desejo veio a se concretizar 26 anos depois, em 1957, após dois anos Sumaré ter conquistado sua emancipação político-administrativa, quando se tornou o primeiro operador de máquinas da Prefeitura.

Eugênio Coltro nasceu em 7 de fevereiro de 1931, no sítio de sua família. Ficava no bairro Toledo. Seus pais eram Ângelo Coltro e Maria Marangoni Coltro.

O avô, Eugênio Coltro, e os avós maternos Justina Ravagnani e Domingos Marangoni vieram da Itália no final do século XIX. O sítio em que moravam localizava-se no Loteamento Cruzeiro do Sul. “Enfrentei desde cedo a difícil vida do campo”, conta.

Põe difícil nisso. A labuta diária começava por vol-

ta das 5 horas da madrugada e só ia terminar à noite, não deixando tempo para que ele e seus nove irmãos pudessem brincar. O nome de todos Eugênio tem na ponta da língua: Luiz, Antonia, Ivone, Palmiro, Alécio, Nair, Irma e Yolanda. Ajudavam à mãe e o pai no plantio e na colheita do milho, arroz e algodão. De domingo a domingo. Escola? Só chegou a freqüentar por dois anos.

Nas terras do pai plantavam milho, algodão e arroz. A produção do leite era vendida em Nova Odessa. Quem comprava os grãos era a família Gazetta, de Nova Odessa, e mais tarde, Sebastião Rocha.

“A maioria dos imigrantes passou por muitas dificuldades. Ganhar a vida não era nada fácil”, avalia. Lembra, mas não tem saudades, da polenta com leite e da bolacha caseira feita pela mãe para reforçar o prato servido todos os dias. “Refresco e carne só víamos mesmo no final do ano”.

Se não dava tempo nem para estudar, missa ou divertimento, muito menos. Missa e festa ele via somente no mês de fevereiro, no bairro do Cruzeiro, quando se comemorava a padroeira do bairro, Nossa Senhora da Candelária. Da festa recorda-se bem de um nome, o de Rinaldo Marson, “um grande leiloeiro”.

CASAMENTO

Eugênio casou-se aos 21 anos com Amélia Marangoni. Juntos, vivenciaram também um bocado de dificuldades. Pagou a casa que adquiriu na Rua Dom Barreto nº 1400, quase em frente do atual prédio da Prefeitura, com o próprio suor e o de sua esposa, nas terras de seu pai. As roupas, tanto da casa quanto à do casal e dos filhos, eram feitas, em sua grande maioria, com tecido de sacos de grãos ou adubo, que, alvejados, serviam para a confecção.

Por essas e outras, Coltro diz não ter nenhuma vontade de voltar àquele tempo. O que motivou sua

vida, apesar da jornada de trabalho que superava 10 horas, era ver o resultado de seu trabalho com a motoniveladora.

Como operador de máquina contratado pela Prefeitura, após ter assumido o governo municipal o padre José Giordano, ia abrindo caminhos com a motoniveladora adquirida.

Foi seu trabalho que resultou no alargamento da Avenida 7 de setembro e da Rebouças, no nivelamento do terreno para a construção do Seminário São Francisco de Assis, em Nova Veneza. “Foram mais de três meses, sem parar nem mesmo aos finais de semana”.

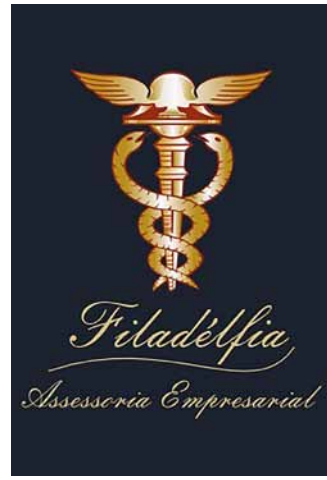
Perdeu a conta das estradas que abriu em Hortolândia e Nova Veneza. Até mesmo um famoso atoleiro na Avenida Marcelo Pedroni não escapou de seus serviços, solucionando um antigo problema para a passagem de veículos e pedestres. O mesmo aconteceu com outro atoleiro, desta vez no bairro do Cruzeiro.

Seus companheiros na época eram: Júlio Barijan, encarregado de serviços,

Osmilton Teixeira, motorista de caminhão, além de Demétrio Terzi, Valentin Bertucci, Domingos Espírito Santo, Alexandre Pinto, Pedro Capeletto, Jorge Noveletto, Renato Tanner e Lelo Tognetta, que dirigiu o segundo caminhão adquirido pelo Poder Público Municipal. “O prédio da Prefeitura ainda era o da Praça da República”.

Mais tarde, seu trabalho com a motoniveladora esteve presente nos loteamentos que deram origem às vilas Santana, Alvorada, Miranda, Zilda Natel, Yolanda Costa e Silva, São Carlos, Marchissollo e Valle, bem como os que foram abertos em Nova Veneza. Por ser de família antiga, o falecido avô, Eugênio, empresta seu nome a uma das ruas da cidade. Como é o mesmo que o seu, costuma brincar: “para quem me pergunta, digo que eu mesmo comprei a rua e pedi para que os políticos colocassem nela meu próprio nome”.

Com quatro filhos, Inês, Dirceu, Sérgio e Sueli e muitos netos, Eugênio é testemunha viva do desenvolvimento da cidade, vive o segundo casamento com Maria de Lourdes Bochio Coltro. Quando reflete sobre seu passado difícil diz ter dúvidas se seria capaz de passar por tudo novamente. Só tem certeza de uma coisa: sem a motoniveladora é que não seria capaz de passar mesmo.



BOA PROSA Comunicação

Produção de Conteúdo

Assessoria de Imprensa



(19) 97110-5606

ANÁLIA NASCIMENTO



Anália Nascimento, esposa do dentista Dr. Horácio Rezende Nascimento, estudou, já adulta, na Escola Normal de Sumaré. Nesta foto ela cumprimenta o Reitor da Universidade Católica de Campinas, Monsenhor Emílio José Salim, que proferia palestra numa aula inaugural da Escola, em 1968, no Clube União Cultural XVI de Dezembro.

VITOR ARGENTON



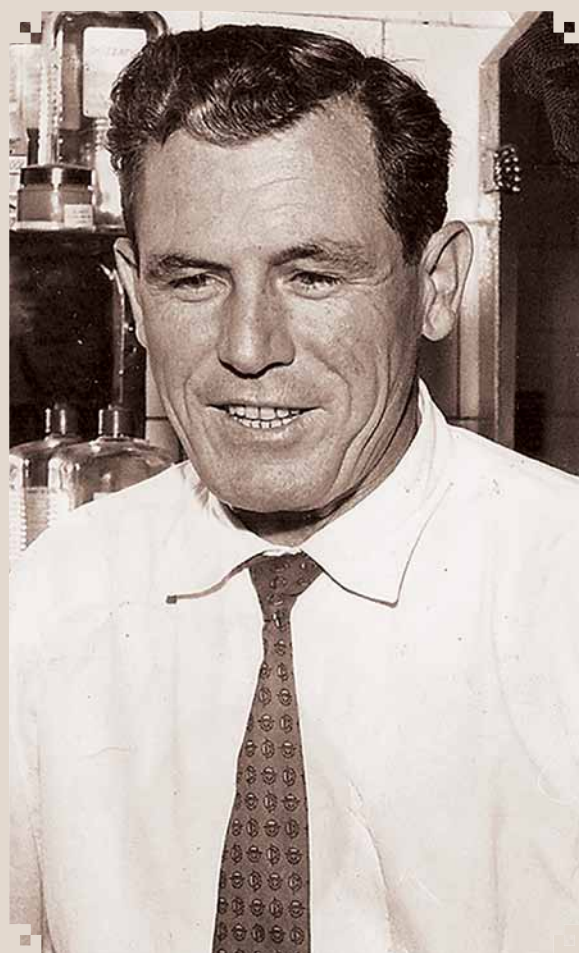
Vitor Argenton era funcionário da Prefeitura Municipal de Sumaré. Fazia serviços com essa máquina na zona rural de Sumaré. Nesta foto, da década de 1970, aparece ao lado de Júlio Barijan, chefe do Setor de Obras, numa retroescavadeira recém adquirida pelo Prefeito João Smânio Franceschini em seu segundo mandato (1973 a 1976).

ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA

Décio Ribeiro Borges, o engenheiro agrônomo da Casa da Lavoura de Sumaré, está nesta foto da década de 1970, na Escola de Iniciação Agrícola no Horto Florestal de Sumaré, acompanhado do advogado da Prefeitura, Dr. João Batista Morano.



JOÃO SQUARIZZI



João Squarizzi, que vemos nesta foto, nasceu em Valinhos, no dia 7 de maio de 1919. Seu pai, Modesto Squarizzi, veio com a família para morar e trabalhar na Fazenda dos Teixeira, em Nova Veneza, em 1930. Instalou um salão de barbeiro em Rebouças, nessa época. Depois foi trabalhar como barbeiro em Campinas, onde granjeou um elevado número de clientes torcedores do Guarani F.C. Esse relacionamento o levou a ser um dos diretores desse grande clube, chegando ao cargo de vice-Presidente. Casou-se em Elvira Panzan, com quem teve 4 filhos: Euclides Squarizzi, João Alberto Squarizzi, Marli de Lourdes Squarizzi e Maria Alice Squarizzi.

LIONS NO CARNAVAL



Leões e domadoras do Lions Clube de Sumaré participaram desse desfile de carnaval de rua de Sumaré, na Avenida 7 de Setembro. Foi na década de 1980. Vemos, da esquerda para a direita: Eduardo Gigo, Odete Jones Gigo, Nestor Geraldo Duarte, Benedita Custódio Silveira (Bêne) e Ivo Alves da Silveira.

TOCHA NO DESFILE



Após desfilar com uma tocha num desfile cívico, o professor Carlos Benedito Carlini para em frente ao palanque oficial, como parte da cerimônia oficial. Não identificamos a moça. Atrás deles vemos: Geraldo Barijan (vereador), Jair Malaquias (Delegado de Polícia) e Ferrúcio Gazetta (Prefeito de Nova Odessa).

AUTOR DO TEXTO



Nelson de Luccas

Professor de História e Cronista

O Carnaval na primeira metade do século XX



Bloco da Mocidade

Fevereiro, mês breve e ardente, surgia como o palco da alegria popular. Na primeira metade do século XX, o Carnaval era mais do que uma festa: era um rito coletivo, uma explosão de cores, sons e fantasias que transformava ruas e praças em cenários de liberdade.

No Brasil, ranchos, cordões e corsos davam vida às cidades, embalados pelas marchinhas que ecoavam nos rádios e nos salões. Era o tempo em que o povo se reinventava sob máscaras improvisadas, serpentinas e confetes, vivendo dias em que o cotidiano se dissolvia em pura celebração.

E Monte Mor, com sua tradição interiorana, também se vestia de festa. Os blocos desfilavam pelas ruas estreitas, acompanhados por batuques e cantorias que reuniam famílias inteiras. Entre eles, destacava-se o Blo-

co da Mocidade, orgulho da juventude local, que não apenas agitava os foliões com sua energia, mas também apresentava uma música própria, composta para exaltar o bloco e sua força festiva. O refrão, entoado em coro, ecoava como símbolo de identidade e pertencimento, marcando a memória de gerações.

Na primeira metade do século XX, o Carnaval era

bem animado na cidade, com a realização de muitos belos e concorridos bailes e ainda desfiles de blocos carnavalescos, entre os quais se destacava justamente o Mocidade. Geralmente, esses bailes e desfiles eram animados por músicos das duas principais bandas musicais existentes em Monte Mor: a Bom Jesus, também chamada de Banda do Boi, cujo regente foi Benedito Monteiro;

e a Olegário Bicudo, conduzida por Joaquim Bicudo de Almeida. Essa corporação musical, fundada em 1898 com o nome de Corporação Musical Progresso, teve como primeiro maestro Antônio Lavelha, e tornou-se parte essencial da vida cultural da cidade.

Essas bandas não apenas davam ritmo ao Carnaval, mas também acompanhavam procissões reli-

giosas, festas cívicas e eventos comunitários, tornando-se símbolos da identidade musical de Monte Mor. O som dos metais e das percussões ecoava pelas ruas, criando uma atmosfera que misturava devoção, tradição e alegria popular.

Os bailes carnavalescos eram realizados em clubes e salões, decorados com bandeirolas e lanternas coloridas. As famílias se prepara-

vam com semanas de antecedência, costurando fantasias e ensaiando passos de dança. Era comum que os jovens aguardassem ansiosos por esses encontros, pois além da diversão, eram ocasiões de sociabilidade, namoro e fortalecimento dos laços comunitários.

As fantasias variavam entre personagens tradicionais, como pierrôs e colombinas, e criações improvisadas que refletiam o humor e a criatividade dos foliões. Muitas vezes, roupas simples eram transformadas em trajes festivos com o uso de fitas, lantejoulas e tecidos coloridos, mostrando que a alegria não dependia de luxo, mas sim da imaginação popular.

O Carnaval também era um espaço de integração social. Pessoas de diferentes origens e idades se reuniam para cantar, dançar e celebrar juntas. Essa convivência reforçava o espírito comunitário e criava memórias que seriam transmitidas de geração em geração.

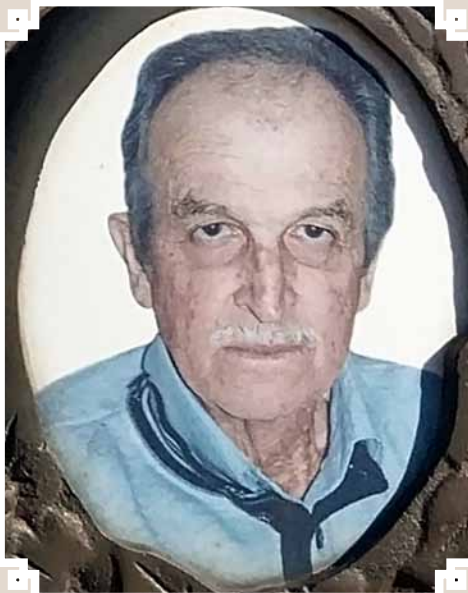
Durante a segunda metade do século, entretanto, as festividades carnavalescas entraram em declínio na cidade, desaparecendo quase por completo. Somente no último quartel do século começaram algumas manifestações com a realização de alguns desfiles de rua e bailes, especialmente no antigo Clube Paroquial da cidade.

URIAS THEODORO



Urias Theodoro nasceu em Monte Mor, no dia 02 de dezembro de 1919, e partiu em 16 de janeiro de 1982. Sua vida foi marcada pela simplicidade e pela ligação profunda com o campo. Homem de raízes fortes, dedicou-se à terra e aos animais, sempre com o espírito trabalhador que o caracterizava. Mais do que um homem de ofício, Urias foi um bom pai e esposo dedicado. Casado com Laurita de Jesus Matheus Teodoro, construiu uma família pautada no respeito, no amor e na responsabilidade. Está sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor.

WILMAR BATISTA ALVES



Wilmar Batista Alves nasceu em 26 de abril de 1938 e faleceu em 20 de agosto de 2009, deixando lembranças de uma vida marcada pela simplicidade e pelo trabalho honesto. Ligado ao campo, tinha grande apreço pelos animais e pela vida rural, onde encontrou sua identidade e propósito. Homem habilidoso, destacou-se como artesão do couro. Produzia arreios para cavalos, laços, rédeas e tudo que estivesse ligado ao universo equestre. Seu talento manual transformava o couro em peças úteis e duradouras, reconhecidas pela qualidade e pela dedicação que imprimia em cada detalhe. Wilmar foi uma pessoa honesta, respeitada e muito bem quista em Monte Mor, cidade

onde construiu sua história e deixou sua marca. Sua memória permanece viva não apenas pelo ofício que desempenhou com maestria, mas também pelos valores que cultivou: a integridade, o trabalho e o respeito ao próximo. Foi sepultado do no Cemitério Municipal de Monte Mor.

RUDOLPH MOLLER

Rudolph Moller nasceu em 31 de agosto de 1895, filho de Henrique Christiano Möller e de Henriette Catharina Auguste Nöhren. Homem de família, construiu sua vida ao lado de Ana Martins, com quem teve pelo menos quatro filhos e uma filha, perpetuando seu legado através das gerações. Sua trajetória foi marcada pela simplicidade e pelo compromisso com aqueles que amava. Rudolph viveu com dignidade e dedicação, valores que se refletem na memória que deixou para seus descendentes e para todos que o conheceram. No dia 7 de outubro de 1962, aos 67 anos, Rudolph encerrou sua jornada terrena. Foi sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor, onde seu descanso eterno guarda também a lembrança de uma vida honrada e significativa.



CASAL CLARA E LINO TREVISAN

Lino Trevisan nasceu em Monte Mor, no dia 2 de novembro de 1922, filho de Guilherme Trevisan e Teresa Longatti. Casou-se com Clara Klinke em 27 de setembro de 1941, também em Monte Mor. Faleceu em Campinas, no dia 24 de março de 1988, aos 65 anos. Clara, igualmente natural de Monte Mor, nasceu em 16 de junho de 1923, filha de Adolph Carl Klinke e Anna Henryette Friederica Wöhlk. Ao lado de Lino, construiu uma vida dedicada à família e ao lar. O casal teve pelo menos quatro filhas e formou uma família feliz e unida. Clara faleceu em Campinas, no dia 17 de junho de 2013, aos 90 anos.

